

# A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL JUNTO AOS MOVIMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS: A BUSCA PELO EMPODERAMENTO E CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CULTURA POLÍTICA

*Reidy Rolim de Moura<sup>1</sup>  
Rubia dos Santos<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O presente estudo realiza uma discussão acerca da experiência do Serviço Social da FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau, no programa de extensão: Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias, contribuindo para a reflexão da importância do Assistente Social junto aos movimentos comunitários, fornecendo subsídios para a busca do empoderamento e construção de uma nova cultura política nestes espaços.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social, Empoderamento, Cultura Política.

Inicialmente serão apresentadas algumas categorias teóricas que servem como arsenal utilizado pela equipe do programa de Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias, que está sendo executado no município de Blumenau/SC. Posteriormente, apresenta-se a estrutura do programa, os projetos que o compõe e as respectivas metodologias corroborando o arsenal técnico-operativo do Serviço Social neste espaço de atuação. Parte-se então para o relato de experiências onde se evidenciam os limites e possibilidades de atuação junto aos movimentos sócio-comunitários. E por último, busca-se enfatizar

---

<sup>1</sup> Professora substituta no Departamento de Serviço Social na Universidade Regional de Blumenau - FURB. Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Serviço Social na Universidade Regional de Blumenau - FURB. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

os resultados, produto do processo interventivo onde se constata que o assistente social, junto aos movimentos sócio-comunitários vem contribuindo efetivamente no processo de construção de uma nova cultura política, que torne as ações nestes espaços mais críticas, reflexivas, propositivas e reivindicatórias, objetivando lutar por um Estado mais justo e democrático.

Na década de 80 emergem no Brasil os chamado “Novos Movimentos Sociais” que dentre outros motivos, nascem da crise do sistema capitalista e, no particularmente no Brasil também, como consequência do autoritarismo instaurado com o regime de 64. Vários autores começam a voltar seus estudos para esse contexto, entre eles, Scherer-Warren (1987), Boschi (1982), Gohn (1987). Parte-se do entendimento que Movimentos sociais são “ações coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). Estes, conforme Carvalho, Wanderley e Paz (2006), “acompanham as diferentes conjunturas nacionais e locais, modificando-se com elas e modificando-as, por sua vez. Ora ‘inimigos’, ora ‘parceiros’, movimentos sociais e Estado, sociedade civil e governos estabelecem relações complexas” (p. 13) e ainda, nestas relações “consensos e dissensos, conflitos e tensões são maiores ou menores a depender das conjunturas de cada época e da centralidade que toma cada uma das partes no processo social, de acordo com seus respectivos projetos políticos” (p. 13)

Dentre os Novos Movimentos<sup>3</sup> sociais surgem os movimentos comunitários que de acordo com Luchmann (2003), embora apresentem diferentes especificidades frente a outros tipos de movimentos sociais, estes apresentam,

diferentes configurações, projetos e orientações, de acordo com os atores, os meios, os recursos e as relações sociais. Enquanto conjunto de organizações que visa representar os interesses dos moradores de sua localidade, esse associativismo apresenta uma especificidade, caracterizada pelo fato de se constituir em coletividades que se reúnem e se organizam tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O elemento de identi-

<sup>3</sup> Segundo Gohn (2003, p.21), conforme as políticas neoliberais avançavam, surgiam Novos Movimentos Sociais (que buscavam se contrapor ao neoliberalismo), como os movimentos de desempregados, de aposentados e pensionistas etc. Vários outros movimentos surgiram no período dos anos 90, instigando a conscientização dos direitos por meio de lutas contra a discriminação e preconceito, tais como, os movimentos de mulheres, de homossexuais, afro-brasileiros, entre outros.

ficação – e diferenciação frente a outros movimentos sociais – é portanto, o compartilhamento do local de moradia (ser morador do bairro, região, município). (LUCHMANN, 2003, s/p)

Estes movimentos se configuram pela necessidade de lutar por melhores condições de vida, pois, por muito tempo, não tendo a quem recorrer a população periférica das grandes cidades passa a encontrar nestes espaços, Associações de Moradores, Clubes de Mães, Comunidades Eclesiais de Base e outras organizações comunitárias, uma nova forma de encaminhar suas lutas. Estas organizações e movimentos desempenhariam então, um papel fundamental no processo de democratização do país, na intenção de, quem sabe, propiciar mudanças na cultura política dos integrantes destes movimentos, no sentido de democratizar as relações entre a população e de propor autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos. Gohn (2005, p. 50) enfatiza que as políticas culturais de um país tornam-se importantes devido ao fato destas poderem determinar mudanças de rumo no significado das práticas sociais.

A década de 80 foi marcada pelo do processo de luta dos movimentos sociais, conforme evidenciam Carvalho, Wanderley e Paz (2006, p. 16): os anos 90 foram cenários de muitas modificações onde “lutas desencadeadas nas décadas anteriores tiveram acolhida na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Sistema Único de Saúde e em outras regulamentações como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)”. Ainda segundo as autoras, os movimentos sociais passaram a ter ações mais propositivas frente às políticas públicas, além das reivindicatórias, e passaram também a ter um caráter de negociação com outros atores da sociedade civil e com o Estado. Nesse sentido é que as autoras também afirmam que as décadas passadas, quando analisadas, deixam mais dúvidas do que certezas, pois, houve muitas conquistas no avanço do processo democrático, mas, não foi dada a “devida importância à dimensão de disputa contida nesses espaços” (BAVA, 2005, p. 36, citado por CARVALHO, et al. 2006, p. 18-19).

Sobre isso, Dagnino (2002) já destacava que “o processo de construção democrática não é linear, mas contraditório e fragmentado (...) se vincula a uma multiplicidade de fatores, eliminando qualquer possibilidade de conceber a sociedade civil como o demiurgo do aprofundamento democrático” (p. 279). A autora faz referência à partilha de poder e coloca que os conflitos se manifestam, por um lado, com o execu-

tivo e a resistência no compartilhamento de seu poder perante decisões de políticas públicas, e de outro, com a sociedade civil querendo participar dessas decisões e efetivar o controle sobre elas. Em sua análise, a partilha do poder, mesmo quando existe, “tem um caráter limitado e restrito, sem ampliar-se para decisões sobre políticas públicas mais amplas, que pudessem ter impacto significativo para a sociedade como um todo” (DAGNINO, 2002, p. 283).

Atualmente, tendo em vista às dificuldades de se ter a tão esperada autonomia e os passos lentos de se alterar a cultura política do país, que ainda traz marcas de uma sociedade permeada pelo clientelismo, autoritarismo e indistinção do público e privado, é que se torna cada vez mais importante trabalhar junto aos movimentos sociais e a sociedade civil como um todo, considerando que a construção democrática das políticas, a consolidação de direitos e a resolutividade de demandas sociais, necessitam de fortalecimento em todas as formas e o empoderamento dos cidadãos é essencial como parte integrante deste processo.

Sobre o conceito de cultura política, Rennó (1998), destaca que esta pode ser definida como “o conjunto de orientações subjetivas de determinada população que inclui conhecimentos, crenças, sentimentos, compromissos com valores políticos e com a realidade política. O seu conteúdo é resultado da socialização na infância, da educação, da exposição aos meios de comunicação, de experiências adultas com o governo, com a sociedade e com o desempenho econômico do país. (ALMOND, 1990 apud RENNÓ, 1998, p. 71). Ainda segundo o autor, nos 30 anos de existência, a teoria da cultura política atravessou momentos bastante distintos, nos quais nem sempre seu valor explicativo foi reconhecido. Na década de 60 e 70, os movimentos acadêmicos, tanto de esquerda, quanto de direita, foram fortes adversários da abordagem da cultura política por intermédio de críticas ao sistema capitalista. Já numa etapa seguinte, houve o ressurgimento da teoria da cultura política e atualmente a influência da sociologia européia nos estudos da cultura política deu-se por intermédio dos trabalhos de Weber nos estudos sobre religião, entre eles a relação entre o *ethos* capitalista e a ética protestante, são exemplos do empenho de Weber na defesa da importância das reorientações subjetivas para as mudanças estruturais. (ALMOND, 1980 apud RENNÓ, 1998, p. 73).

Baquero (2002) ressalta que estamos vivendo neste novo milênio um momento de problemas crescentes no que se refere as áreas

econômica, social e política. Nesse cenário, os procedimentos democráticos aparecem como “únicos instrumentos de geração de estabilidade política” (p. 114). É nesse sentido que se concorda com Baquero quando este afirma que “nessas circunstâncias, os estudos de cultura política tornaram-se importantes no sentido de dar visibilidade ao processo de formação de crenças em relação à política na virada do milênio” (p. 114) e ainda que atualmente para fortalecer a democracia é necessário “amplo processo de mudanças que envolva, ao mesmo tempo, diversas instituições políticas e os próprios atores sociais, não tratando, portanto, as dimensões institucional e social como mutuamente excluídas.” (BAQUERO, 2002, p. 115).

Gohn (2005a), no que diz respeito à relação entre cultura política e os movimentos sociais, coloca que há várias interpretações as quais são divergentes, mas, um ponto comum é a contribuição dos movimentos sociais para a formação de uma nova cultura política no Brasil, no sentido em que estes começam a questionar velhas práticas, mais tradicionais e apontam para uma redefinição da cidadania no aspecto da relação público privado (p. 59). Porém, a autora destaca que este processo foi bastante “heterogêneo, contraditório, cheio de fluxos e refluxos e bastante desigual” (p. 59). Gohn (2005a) ainda ressalta que pensar em cultura política “é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, os conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, os símbolos e a linguagem utilizadas” (p. 60). Concorda-se com a autora quando esta afirma que não é possível pensar em cultura política sem levar em consideração o contexto histórico e outros conceitos de apoio. Segundo Gohn (2005a) “cada época histórica engendra determinada cultura política, segundo os valores e crenças que são resgatados ou construídos, num universo dos temas e problemas com os quais homens e mulheres defrontam-se naquele momento histórico” (GOHN, 2005a, p. 60). E ainda, os conceitos de apoio os quais a autora comenta seriam “cidadania, direitos humanos, identidade cultural, participação sociopolítica, etc.” (p. 60).

Aliada a discussão de Gohn sobre os conceitos de apoio, acrescentaríamos ainda, no nosso caso, a categoria empoderamento, cuja mesma, vem sendo considerada fundamental na prática dos profissionais de Serviço Social junto à população das comunidades atendidas e dos movimentos sócio-comunitários em geral. Empoderamento pode ser entendido aqui como “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem

a eficácia do seu exercício de cidadania.” (FRIEDMANN, 1996, p.viii). Stark (apud LISBOA, 2003) aponta cinco momentos do processo de empoderamento: – Contexto: que seria o início do processo de empoderamento, geralmente é constituído por um conjunto de vivências: de ruptura ou ameaça vital (migração do campo para a cidade); de marginalidade, percepção das contradições; inconformismo, revolta, não aceitação, ou seja, cria-se uma consciência para participar e agir em prol da transformação; - Motivação: que trata-se da identificação com outros indivíduos que vivem a mesma situação resultando mudanças no cotidiano e crítico às estruturas de poder vigentes; - Engajamento: tem haver com o engajamento estável, vínculos duradouros, conscientização da sua situação numa dimensão coletiva para realizar as reivindicações; – Integração: que seria o sentimento de pertencimento coletivo, formação de grupos e movimentos para uma determinada ação; e por último, - Conscientização: no qual se trata de autoconfiança, sensibilização e perspectivas de ações.

Cabe ressaltar que muitas comunidades do município de Blumenau encontram-se em situação de vulnerabilidade e exclusão social, devido às transformações macroestruturais, principalmente a partir das últimas décadas com o advento das políticas neoliberais e que atingem diversos aspectos, como os econômicos, políticos e sociais. É com vistas ao enfrentamento destas questões que surge o programa de Assessoria e Capacitação as organizações comunitárias, por estar voltado para as comunidades e movimentos sócio-comunitários locais. Estas práticas, além de se constituírem numa das formas de expressão necessária da Universidade no cumprimento de seu papel na formação profissional e cidadã, possibilitam a produção de um conjunto de conhecimentos da realidade local, contribuindo de forma significativa para a produção científica mediante a inserção de acadêmicos em campos de estágios.

### **O programa de Assessoria e Capacitação as organizações comunitárias e a intervenção do Serviço Social**

O programa Assessoria e Capacitação as Organizações Comunitárias considera como uma das formas de enfrentamento das questões sociais que permeiam as comunidades menos favorecidas, a organização comunitária, onde a comunidade passa a ter representatividade

expressando assim, as demandas detectadas aos órgãos públicos. Cabe ressaltar que as associações comunitárias estão sendo consideradas aqui na mesma perspectiva que conceitua Warren (2004), ou seja, são aquelas formadas por moradores de um determinado local que se reúnem devido a interesses comuns, relacionados ao seu local de moradia, tais como: implantação de uma unidade de saúde, calçamento de alguma rua, etc. (SCHERER-WARREN, 2004).

No ano de 2005, partindo de uma proposta realizada por professoras do curso de Serviço Social, surge o Programa de Assessoria e Capacitação as Organizações Comunitárias com objetivo de assessorar e capacitar organizações comunitárias das comunidades de Blumenau. Neste ano, o programa contava com dois projetos, sendo estes: assessoria as organizações comunitárias e capacitação as organizações comunitárias. Durante a execução das atividades, sentiu-se a necessidade de ampliar o número de projetos envolvidos, bem como, a equipe de trabalho. Foi então que no ano de 2006 o programa incorporou dois novos projetos articulados aos cursos de comunicação social e direito.

Partindo da incorporação de novos projetos o programa traçou os seguintes objetivos específicos: Exercitar a interdisciplinaridade entre as diferentes áreas envolvidas no trabalho; Construir novos conhecimentos através do diálogo com a população, contribuindo significativamente para a produção científica e formação acadêmica; Viabilizar oportunidade dos alunos conhecerem a realidade local e exercitarem suas práticas profissionais; Contribuir para o fortalecimento da organização comunitária; Identificar as problemáticas locais (como por exemplo: as diversas formas de expressão da violência; as dificuldades de acesso às políticas públicas; relação com o poder público local, etc.) e construir, junto com os moradores, condições de enfrentamento destas problemáticas, bem como, a compreensão de tais situações; Contribuir para a integração e articulação dos diferentes grupos organizados da comunidade; Desenvolver ações junto aos moradores jovens e adolescentes destas comunidades, procurando formas de inserção social dos mesmos junto à própria comunidade e a sociedade local.

Atualmente o programa subdivide-se em quatro subprojetos e respectivos objetivos: - **Capacitação as organizações comunitárias (Serviço Social)**: capacitar os membros de grupos organizados nas comunidades, para melhor conduzirem os trabalhos e compreenderem a realidade local; - **Assessoria as organizações comunitárias (Servi-**

**ço Social):** Assessorar continuamente as comunidades em situação de exclusão, na sua organização em busca de respostas e enfrentamento às problemáticas vivenciadas na realidade local; **Verter: Inclusão social através da fotografia (Serviço Social e comunicação social):** Possibilitar a Adolescentes e Jovens moradores da comunidade Pedro Krauss desenvolver formas de inserção social cidadã, através da utilização da fotografia; - **Direito nas associações e organizações comunitárias (Direito):** Capacitar e assessorar juridicamente associações e organizações comunitárias sobre importância da luta pelos direitos fundamentais.

Neste estudo, abordam-se em especial os projetos de assessoria e capacitação as organizações comunitárias por estarem diretamente ligados e sob coordenação do Serviço Social, para identificar a experiência do serviço social, o processo de trabalho e os instrumentos técnico-operativos utilizados durante a intervenção. Busca-se também, contribuir para a reflexão da importância do Assistente Social junto aos movimentos sócio-comunitários, que fornece subsídios para a busca do empoderamento e construção de uma nova cultura política nestes espaços.

O Projeto de Assessoria as organizações comunitárias, inicialmente identifica as demandas das comunidades atendidas, possibilitando a visualização das problemáticas que envolvem estes locais, analisando a possibilidade de articulação com projeto de Capacitação as organizações comunitárias. A assessoria é contínua e sistemática e ocorre mediante acompanhamento realizado pelos professores extensionistas e acadêmicos que realizam estágio supervisionado em Serviço Social. O estágio em serviço social é considerado uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. (ABEPSS, 1996). Nesta perspectiva a supervisão é abordada como um espaço privilegiado onde se processa a articulação teórico-prática-metodológica, que resgata e possibilita a passagem de uma “*consciência teórica para uma consciência crítica*” (ANDRAUS, 1996.p. 17). Neste sentido, os acadêmicos são distribuídos nas diversas comunidades atendidas, para que permaneçam por três semestres na localidade, realizando assim os estágios I, II, e III, constituindo vínculos e realizando intervenções que vão de encontro às necessidades apresentadas. No primeiro semestre de estágio os acadêmicos desenvolvem a observação de campo, o estu-



do da comunidade, o levantamento de demandas e o acompanhamento aos professores na intervenção profissional. No segundo semestre, passam a elaborar, partindo das demandas levantadas, os projetos de intervenção que irão executar no segundo e terceiro semestre. No terceiro e último semestre de estágio, farão a avaliação do projeto, bem como, relatório final de atividades. Todos estes procedimentos são utilizados para que os acadêmicos possam visualizar o processo de trabalho do Serviço Social em comunidades e, a partir da experiência e acúmulo de leituras construir o Trabalho de Conclusão de Curso.

Cabe salientar que estes TCCs constituem-se como importantes estudos tanto para a comunidade acadêmica, pela ampliação do universo informacional, como para as diversas comunidades do município, uma vez que, a partir das pesquisas realizadas os moradores, podem utilizá-las como instrumento de reivindicação já que elas apontam para fragilidades e problemáticas encontradas e ainda, salientam a responsabilidade estatal pela resolução destas questões.

O projeto de assessoria desenvolve outras atividades como: a execução de uma pesquisa intitulada “bancos de dados sobre áreas de exclusão social” aonde, mediante preenchimento de formulários os (as) acadêmicos (as) vão às residências dos moradores e fazem o levantamento de dados que possibilitarão, após sua tabulação, o mapeamento das situações de vulnerabilidade evidenciadas nestes locais, proporcionando a elaboração de novos projetos. A participação nas reuniões das associações de moradores, onde professores e estagiários dos cursos de serviço social e direito acompanham as discussões e buscam levantar questões que possibilitem o enfrentamento das problemáticas locais; campanhas educativas, como a campanha contra violência doméstica, onde as estagiárias fazem visitas domiciliares e buscam a sensibilização dos moradores, divulgando os espaços de discussão sobre a temática; palestras; oficinas em parceria com ambulatório da FURB (temáticas relativas à saúde) e o Programa da Assistência Sócio Jurídica da FURB (temáticas tais como família, álcool e drogas, idosos entre outras); assessoria na elaboração de projetos para viabilização de recursos para as comunidades; produção de materiais como folders, cartazes, painéis informativos e Convites para eventos das comunidades. Outro ponto importante de ser mencionado diz respeito à assessoria para elaboração da documentação da própria Associação de Moradores como atas, estatutos e regularizações, processo importante para que as ações não se percam e a associação torne-se mais forte.

Desde o ano de 2006 a equipe do programa vem assessorando as comunidades no que se refere à regularização fundiária, contando com a parceria do curso de Direito da FURB e recentemente o Núcleo de Estudos Urbanos – NEUR do curso de Arquitetura. Durante as visitas realizadas as comunidades, os professores orientam buscam orientar os membros das comunidades sobre as formas de regularização, encaminhamento a justiça, acesso a defensoria pública, entre outros.

O Projeto de Capacitação as organizações Comunitárias capacita as comunidades escolhidas a partir da indicação da UNIBLAM-União Blumenauense de Associação de Moradores e entidades afins. Num segundo momento é elaborado o roteiro do curso que será desenvolvido nestas comunidades, que somados as necessidades locais incorporarão o conteúdo dos módulos a serem trabalhados. Os encontros acontecem quinzenalmente com horário definido a partir das demandas dos próprios participantes. No projeto estão previstas as realizações de 08 encontros por comunidade, sendo que em cada encontro será trabalhado um módulo/temática. Ao final do curso os participantes recebem certificado emitido pela FURB e continuam recebendo assessoria de acordo com suas necessidades. Desde o início das ações o projeto já realizou o curso nas seguintes comunidades: Rua Pedro Krauss Sênior, rua das Missões, Toca da Onça, Itoupava Central, Rua Brusque e Fritz Kogler, sendo que a participação média nos encontros é de 15 moradores e, a maioria são lideranças comunitárias ou membros das diretorias das Associações.

Os conteúdos abordados nos encontros são flexíveis e podem ser alterados de acordo com a necessidade apresentada pela comunidade. Mas parte-se de uma proposta inicial assim configurada: **I módulo - Apresentação da Equipe e da Proposta de Trabalho** - Detalhamento da proposta de ação e levantamento das expectativas da comunidade em relação ao trabalho desenvolvido. Discussão do cronograma de atividades, definição de datas, locais e responsáveis; **II módulo - Relações Interpessoais, Valores e Posturas Éticas** - Trabalha o conceito de ética e de valores, buscando discuti-los em relação às situações cotidianas vivenciadas nas organizações comunitárias. Neste momento são abordados os conflitos que resultam das diferenças existentes entre os atores sociais envolvidos nos grupos comunitários. Conflitos que envolvem questões étnicas, políticas, morais, etc; **III módulo - Identidade territorial e Formas de Inserção Social na Cidade**- Discute a história da comunidade, os lugares que se constituem na mesma, as proble-

máticas nas quais está envolvida. Também aborda as atividades desenvolvidas pelos moradores, as formas de inclusão/exclusão vivenciadas em relação à cidade, as formas de exercício de cidadania; Estatuto das Cidades, plano diretor, regularização fundiária (participação do curso de direito); **IV módulo - Importância da Participação e do trabalho Coletivo** – Discussão do conceito de participação e a formas de desenvolvê-la a partir de idéias de democracia. A necessidade e o desafio do trabalho coletivo são temas desta discussão; **V módulo - Questões Operacionais** - Neste momento são abordadas questões como: O que é uma reunião; Como conduzir uma reunião/coordenação; Instrumentos de mobilização (ruas de lazer, cinema comunitário, festas, etc.); O que é uma assembleia. A elaboração de documentos como atas, projetos e demais registros; **VI módulo - A Política e sua Importância na Vida das Comunidades** – discute-se aqui o conceito de política, partindo-se das relações estabelecidas no cotidiano da comunidade e a diferença de política e politicagem; **VII módulo – Questões burocráticas e Legais** – Neste módulo serão discutidas as questões de ordem burocráticas das Associações de Moradores, bem como, os aportes legais necessários para o funcionamento desta, sendo de responsabilidade do curso de direito e da UNIBLAM a organização e execução do encontro.

Conforme se enfatizou anteriormente estes módulos são alterados em cada comunidade de acordo com as demandas apresentadas pelos moradores, ou seja, é uma proposta construída em consonância com os grupos, tendo em vista o fato de não se considerar a comunidade um espaço onde se possam impor determinados temas, mas sim, perceber quais suas especificidades. Além disso, a metodologia de trabalho incorpora material didático elaborado pelos professores do curso de Serviço Social, como livro de capacitação com figuras ilustrativas e linguagem acessível. São utilizadas também, vivências, simulações, dinâmicas de grupos, vídeos que possibilitam que estes encontros sejam em forma de oficinas, onde os participantes tornam-se protagonistas.

A partir da intervenção junto aos projetos supracitados é que se dá a intervenção do Serviço Social junto aos movimentos sócio-comunitários de Blumenau. Para que se tenha uma visão sobre qual contexto comunitário estamos inseridos, torna-se fundamental no momento, antes da discussão das práticas já realizadas, apresentar um pouco sobre o associativismo comunitário em Blumenau.

## **A configuração dos movimentos sócio-comunitários no município de Blumenau: da gênese ao momento atual**

A partir de uma pesquisa documental que vem sendo realizada por Moura (2007), obteve-se algumas informações quanto as características do associativismo comunitário em Blumenau, tomando como fonte de pesquisa os vários documentos já produzidos sobre o tema. No período de março de 1994 a junho de 1996 foi realizada uma pesquisa (financiada pelo PIPE<sup>4</sup>, PIBIC/CNPQ<sup>5</sup> e PROCOPE/FURB<sup>6</sup>), sobre a história das Associações de Moradores (AM) de Blumenau, desdobrada em duas fases: a primeira que consistiu na recuperação da História das Associações de Moradores e a segunda, a partir da hipótese de que as Associações de Moradores vieram a substituir o papel dos subdiretórios do MDB criados na década de 70, como mecanismo de intermediação do poder político local e a população. As principais conclusões daquela pesquisa foram as seguintes: as Associações de Moradores no Município de Blumenau substituíram os subdiretórios na intermediação com o poder político local; foram criadas por iniciativa do governo municipal, sendo, portanto, já na sua origem institucionalizadas; seu projeto político caracterizava-se por ser institucionalizador-conservador; sua relação com o poder local se materializava através da utilização do clientelismo de quadros, onde havia um alto poder de manipulação e cooptação das lideranças comunitárias pelo poder público (ANDRADE, 1994, apud MOURA, 2007).

Em Andrade e Sibert (1994) consta ainda que existia uma certa dependência das Associações de Moradores com o poder público, onde o bom relacionamento entre eles se fazia de forma clientelista; havia uma forte dominação dos presidentes das Associações com o poder local e com a comunidade; as reivindicações eram na maioria viabilizadas diretamente com a prefeitura, sendo que os vereadores também foram citados; a maioria das reivindicações referia-se a infra-estrutura dos bairros e a postura do presidente foi apontada como centralizadora pela maioria e muitos membros das AM foram candidatos ao poder público em algum momento. Em 1995, Andrade e Schumacher, continua-

<sup>4</sup> PIPE - Programa de Incentivo à Pesquisa.

<sup>5</sup> PIBIC/CNPQ - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

<sup>6</sup> Programa de Iniciação científica/Fundação Universidade Regional de Blumenau.

ram pesquisando a história das Associações de Moradores de Blumenau, identificando suas relações com o poder local, mas com o acréscimo da discussão sobre os subdiretórios de partidos políticos em Blumenau. Nesta pesquisa, as autoras destacaram que existiam em Blumenau entre 1974-78 cerca de 200 subdiretórios do MDB organizados, que atendiam os moradores e suas reivindicações através de um representante de forma clientelista. Na ocasião da renovação desta pesquisa, Andrade e Weber (1996) destacam que as relações entre a população e o poder local em Blumenau, sempre se realizavam através de uma intermediação, caracterizada como clientelística, onde a população é vista como cliente das políticas sociais e não como cidadãos com direitos.

Outra pesquisa foi realizada em 1996, tendo como universo as Associações de Moradores. Trata-se da dissertação de mestrado de Jaime Hillesheim, que tinha como objetivo: apreender a visão que os moradores organizados em AM tinham sobre a cidade e até que ponto os participantes das AM estavam avançando na construção da cidadania e sua cidade. Sobre esta pesquisa pode-se destacar algumas considerações importantes do referido autor, dentre elas que “o movimento de A.Ms. local tem muito a desenvolver no que se refere à autonomia e à formulação de propostas advindas das discussões dos próprios moradores.” (HILLESHEM, 1996 p. 249). Acrescenta ainda que “muitas destas organizações ainda estão servindo para ampliar as bases de legitimação do poder público, ao mesmo tempo em que causam poucos impactos sobre o sistema político em nível mais geral” (p. 249). O autor destaca que o surgimento das AM fora das instâncias institucionais “não garantiu que elas não sofressem influências da cultura política tradicional. Há casos, por exemplo, em que as lideranças (sujeitos individuais) substituem o movimento (sujeito coletivo), decidindo e respondendo autocraticamente por ele” (HILLESHEM, 1996 p. 249, apud MOURA, 2007).

Hillesheim (1996), analisando a relação das Associações de Moradores com o poder público destacava na época que as AM acabavam vinculando-se as administrações públicas, onde a noção de direito se confundia com a noção de privilégios. Conforme consta na pesquisa do autor, muitos moradores alegavam que era melhor negociar sem pressão e de forma decente. O autor chama a atenção para a forma como o poder público acabava desenvolvendo estratégias de driblar as aspirações dos moradores. Segundo ele, o executivo mostrava-se interessado na participação dos moradores, mas não se abria para efetivar essa par-

ticipação usando como arma à burocracia. Passava a idéia de fazer junto, parceria e as AM não conseguiam perceber limites na relação com o poder público e acabavam acatando o que o poder público colocava sem muita resistência. Contudo, Hilleshem coloca que a participação dos membros das AM em Blumenau estava na época muito mais vinculada à consulta, sendo que muitas vezes, isso nem acontecia, o que distanciava ainda mais a sabedoria popular, da sabedoria tecnocrática de uma gestão pública (1996 p. 83, apud MOURA, 2007).

O Núcleo de Pesquisa e Movimentos Sociais – NEPEMOS, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau-FURB, a partir de um projeto intitulado “Associativismo Civil em Blumenau: Mudanças e Tendências”, conforme consta nos relatórios do núcleo, realizou uma pesquisa de cunho mais quantitativo das associações registradas em cartórios de registro civil em Blumenau, onde foram identificadas 1354 associações criadas entre 1857 e 2000. A partir dos dados estatutários, foi realizada uma pesquisa do tipo survey, em que foram entrevistadas 64 lideranças do associativismo local no ano de 2003 pela equipe do NEPEMOS. A partir destes dados e conseqüentes pesquisas, foram surgindo artigos e relatórios, divididos por recortes temáticos, financiados por programas de incentivo a pesquisa como: PIPE/FURB; CNPq; FAPESC. (MOURA, 2007).

As informações do NEPEMOS que dizem respeito ao associativismo comunitário destacam que persistem nas associações comunitárias relações hierarquizadas e de subalternidade principalmente entre seus membros. As Associações de Moradores não conseguem ultrapassar o debate local, bem como há uma ação imediatista por parte dos associados sem incluir em suas pautas de reivindicações a luta por interesses mais gerais da sociedade e pela efetiva participação dos moradores na gestão da cidade (HILLESHEIM, 2000, p. 107 apud NEPEMOS, 2003). Nas pesquisas sobre as associações comunitárias consta que “embora as AMs possam ser espaços importantes para o exercício da cidadania, elas não garantem, efetivamente, a ruptura com práticas autoritárias” (HILLESHEIM, 2000, p. 107 apud NEPEMOS, 2003). A equipe aponta que o domínio da informação, do discurso, as relações de gênero que inferiorizam a participação das mulheres nestes grupos e as relações clientelistas com os governos locais, são aspectos que reproduzi-

---

<sup>7</sup> Fundo de Apoio a Pesquisa de Santa Catarina.

am/reproduzem as relações autoritárias presentes na sociedade. Além disso, os autores comentam “que estas organizações não conseguiram, de fato, enfrentar o debate de questões que ultrapassassem o contexto local (questões nacionais e mundiais).” (MOURA, 2007).

Por outro lado, uma caracterização um pouco diferenciada no âmbito das relações entre organizações comunitárias e o governo municipal em Blumenau começa a ser evidenciada a partir de algumas pesquisas e trabalhos recentes neste segmento. (MOURA, 2007). Com relação às pesquisas destacam-se duas no NEPEMOS: uma de Florit e Silva (2004), com uma análise do Associativismo Civil e a Participação Política em Blumenau, e outra de Chaves e Stupp (2004) sobre associativismo civil, subjetividade e militância versus a dinâmica associativa em Blumenau. No que diz respeito à pesquisa de Florit e Silva (2004, apud Moura, 2007), algumas das informações que os autores trazem são que a tendência das associações é não manter relação com partidos políticos. Destacam que nas associações comunitárias houve um percentual significativo no que se refere a ter “boas relações, porém sem interferência política” (p. 08). Destacam também que as associações civis realizam discussões com o poder público e que há uma tendência das associações locais estabelecerem contatos com políticos para manter e conquistar políticas. Enfatizam ainda que há uma tendência de participação nos conselhos municipais e citam o orçamento participativo (12%); Perguntadas em que momento as associações comunitárias participam, 34% colocam que participam no momento de negociação e estas também afirmaram que atuam nos conselhos para garantir melhorias e lutar por causas coletivas. As principais conquistas citadas foram melhorias para a comunidade e percebeu-se que há uma relação de parceria com organizações da sociedade civil com objetivo de obtenção de recursos materiais, humanos e financeiros. (MOURA, 2007).

Já no que se refere à pesquisa de Chaves e Stupp (2004, apud Moura, 2007), o que se destaca nas análises das autoras é que sobre o motivo da participação, nas associações comunitárias o número de respostas expressivo foi que estes estariam trabalhando por mudança social (76%) o que segundo as autoras, revelam um começo de tendência emancipatória, mesmo que apenas no discurso. (p. 7). Perguntados sobre benefícios alcançados com a participação nas associações, no recorte temático comunitário, o que se destacou foi: aumentar a solidariedade entre as pessoas associadas. Sobre as atividades realizadas pelos entrevistados, no recorte temático, evidenciou-se respostas signi-

ficativas no que diz respeito ao contato com parlamentares (69%). Respostas expressivas no bloco das associações comunitárias também foram sobre o bem comum que a associação deve ter e que não deve haver restrições na participação das pessoas na associação. Quanto os objetivos das associações, no bloco temático comunitário apareceu o maior número de diversidades. Nas conclusões, as autoras afirmam que o bloco que demonstra estar mais na direção de uma emancipação é o comunitário. (MOURA, 2007).

Percebe-se assim, a partir do exposto que há em Blumenau informações que retratam, no âmbito das organizações comunitárias, relações institucionais fortes com o poder executivo. Estas relações aparecem permeadas por práticas conservadoras, clientelistas e de cooptação de lideranças, bem como, a concepção de cidadania não parecia estar presente no momento anterior ao OP, onde traços de uma cultura política tradicional predominavam. Por outro lado, pesquisas e relatórios de atividades mais recentes vêm dando indícios de uma perspectiva de atuação mais reivindicatória no que diz respeito à cidadania, mais preocupada com a participação na gestão pública e tendo como prioridades demandas menos localizadas (no sentido de local de moradia) e mais voltada com a cidade como um todo. Sobre isso, cabem duas observações: uma que se trata da possibilidade dessas características estarem se reconfigurando no âmbito das organizações comunitárias, considerando o processo de Orçamento Participativo que a cidade passou, sobre isso, Moura (2007) vem discutindo no seu doutoramento e questiona se de fato o OP<sup>8</sup> teve algum tipo de influência em comportamentos mais reivindicatórios da população e se esta é uma realidade que impactou na cultura política da maioria representativa de Blumenau, estudo este em andamento no programa de pós graduação em Sociologia Política da UFSC/SC.

Outra questão trata-se da contribuição do programa de extensão ora aqui referido, o qual vem observando e contribuindo ao mesmo tempo, para com os fatos apresentados no contexto atual do associativismo comunitário. Nesse sentido é que busca-se a partir de agora

---

<sup>8</sup> O OP em Blumenau foi implantado em 1998 quando uma coligação de partidos de esquerda, tendo a frente o Partido dos Trabalhadores, assumiu o poder executivo, continuando na gestão 2000 até 2004, com a reeleição do mesmo prefeito. A finalização do processo do OP aconteceu em 2005, quando um novo governo assumiu a Prefeitura com a liderança principal do Partido da Frente Liberal (PFL).



explicar conquistas e limites existentes na atuação do Serviço Social nos espaços sócio-comunitários.

### **Possibilidades e limites do programa Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias no associativismo comunitário de Blumenau.**

Nossa primeira intervenção desde o início das ações partiu da atuação junto a UNIBLAM (União Blumenauense de Associações de Moradores) que é composta por um número indeterminado de Associações de Moradores, Centros e Conselhos Comunitários em Geral, Núcleos Agrícolas e outras entidades afins, com personalidade jurídica distinta das pessoas físicas e jurídicas que as compõem.

Todos os membros componentes da UNIBLAM prestam seus serviços na condição de voluntários não remunerados. A UNIBLAM, na defesa de melhores condições de vida para a comunidade e no interesse de suas filiadas, tem a finalidade de:

Congregar as associações de moradores, e outras entidades do município de Blumenau, respeitando a liberdade associativa; auxiliar a administração das filiadas de acordo com suas normas estatutárias; lutar pela defesa das liberdades individuais e coletivas, pelo respeito à justiça e pelos direitos fundamentais do homem; promover palestras, debates, seminários, encontros e outras iniciativas, visando difundir a cidadania e a luta associativa por melhores condições de vida; orientar e organizar movimentos comunitários, que pela origem e característica sejam considerados legítimos e justos, além de atuar na manutenção e na defesa das instituições democráticas brasileiras; realizar levantamentos, estudos, pesquisas e projetos e outras iniciativas sobre a realidade econômica, cultural e social da população; promover junto com diversas organizações da comunidade, atividades que visem o interesse comum; estabelecer acordos, convênios e contratos com pessoas jurídicas e físicas de direito público ou privado, visando o cumprimento de sua finalidade; promover direta ou indiretamente, cursos e outras atividades visando o aprimoramento técnico de seus diretores; Zelar pela harmonia entre as filiadas e as pessoas físicas e jurídicas integrantes direta ou indiretamente da UNIBLAM, tomando as medidas necessárias para isso; realizar ou incentivar medidas para a manutenção e recuperação da memória histórica das filiadas e do município

como um todo; conceder títulos, diplomas e prêmios bem como aqueles de natureza honorífica, na forma estabelecida neste estatuto e regulamento específico; encaminhar as propostas das filiadas, aprovadas em congresso e outras reivindicações que se tornarem necessárias; indicar representante, a sua livre escolha para representá-la junto a órgãos que atuem no município, estado e/ou união, priorizando quem tenha conhecimento técnico na área, devendo a ela se reportar. **§ Único** – No cumprimento de seus objetivos, a UNIBLAM poderá representar suas filiadas perante qualquer autoridade, órgãos públicos municipais, estaduais, federais ou privados, podendo promover em juízo ou fora dele medidas que se tornarem necessárias para o bom cumprimento de suas atribuições estatutárias e de suas filiadas. (BLUMENAU, 2004).

A UNIBLAM vem desempenhando suas funções dependendo exclusivamente do orçamento de seus membros participantes, ou seja, não há verbas para a associação, sendo que os membros diretores estão encaminhando projetos para órgãos de financiamento nacionais para que possam qualificar seus trabalhos. De acordo a presidência da UNIBLAM, existem hoje em Blumenau aproximadamente 170 associações de moradores; destas, 140 já foram visitadas pela UNIBLAM. As principais reivindicações destas associações de moradores são: sede para os trabalhos na comunidade; creches; área de lazer e a documentação estatutária da associação.

No primeiro ano de execução do programa (2005), os membros da UNIBLAM participaram do curso de capacitação, que ocorreu na comunidade da Toca da Onça durante três meses. O curso teve um bom andamento, já que todos os presentes traziam suas experiências acerca da participação nos diversos espaços do município como os conselhos, as conferências e os fóruns. Percebe-se mediante observação direta que as associações ali representadas ainda continuam sendo espaços muito visados pelos políticos locais, especialmente vereadores, mas que já tinham uma visão mais crítica com relação aos posicionamentos destes. Em uma das comunidades atendidas, denominada Rua Brusque, o presidente da Associação de moradores resolveu abrir espaço para todos os candidatos a vereadores do município, enfatizando que desta forma não estaria privilegiando nenhum partido e ainda, estaria possibilitando a comunidade ouvir propostas para poder cobrá-las posteriormente.

Destaca-se aqui um evento que aconteceu a partir da revolta dos representantes da UNIBLAM - União Blumenauense de Associa-

ções de Moradores e entidades afins - para com a gestão atual e que visava cobrar do poder público uma participação mais efetiva. Foi uma assembléia<sup>9</sup> promovida pela UNIBLAM, que aconteceu no mês de agosto de 2005, com o objetivo de abrir espaço para as Associações de Moradores expressarem quais as principais demandas da comunidade e da cidade para num momento posterior apresentar ao poder público. Contou com a participação de aproximadamente 80 pessoas, de diferentes associações de moradores. No dia da Assembléia foi tirada uma comissão entre os participantes para que estes fossem até o poder executivo apresentar as reivindicações elencadas. Isso aconteceu numa audiência com o vice-prefeito de Blumenau. A UNIBLAM gravou a audiência e disponibilizou o material. Na audiência com o poder público, os membros que compunham a comissão eleita e os representantes da UNIBLAM não se deixaram abater pelas respostas do então vice-prefeito, cobrando e fazendo indagações importantes, como se percebe em trechos gravados da audiência: *“eu só queria fazer uma perguntinha pro senhor sobre a parte fundiária, saneamento básico e regularização, por exemplo, o Morro da Pedreira, existe uma data mais ou menos pra iniciar?”* (SO). Outras falas ainda: *“Aqui o que nós colocamos, o que os presidentes das Associações colocaram é para tirar as crianças da rua, porque hoje eles jogam na rua. É um perigo”* (SO). Outro representante ainda colocou: *“Essas prioridades todas aqui não são só as prioridades da UNIBLAM, são prioridades que na nossa Plenária, onde foram feitas oficinas, e em cada oficina as Associações colocaram as suas prioridades, e são essas as prioridades da Plenária”*.(DI). O que mais chamou a atenção no acompanhamento de todo esse movimento foi que as prioridades que os moradores destacavam<sup>10</sup> eram muito mais no nível de cidade do que local e que as pessoas ali envolvidas, de fato, estavam cobrando seus direitos enquanto cidadãos. (MOURA, 2007).

Nossa intervenção junto a UNIBLAM começa a ficar intrigante a partir do momento em que esta associação dá indícios de cooptação por um partido político, que acaba transformando-a em espaço de politicagem. Cabe ressaltar que a gestão da UNIBLAM eleita em 2006, passa a assumir uma postura centralizadora frente às demais associações de moradores do município. O cargo ocupado de presidente desta associação tem assento em todos os conselhos de políticas públicas do

<sup>9</sup> A UNIBLAM tem no seu estatuto que deverá realizar uma assembléia anual.

<sup>10</sup> A professora Reidy Rolim Moura coordenou uma das oficinas da assembléia e elaborou relatório de observação.

município, no entanto, a partir dos relatos durante as atividades realizados do programa nas comunidades, constata-se a partir do relato destes moradores que estas participações não tem retorno, ou mesmo não acontece um diálogo com as demais associações e nem, muitas vezes com os próprios membros da diretoria. Isto se torna evidente a partir do momento em que diversas associações começam a demonstrar insatisfação com as práticas da nova gestão da UNIBLAM, questionando seus posicionamentos e ainda, considerando que seus representantes agem por interesses políticos-partidários. Neste aspecto, Tatagiba (2002) enfatiza que os conselheiros possuem dificuldade em lidar com a pluralidade, com a relação conselheiro-entidade, além da falta de qualificação para o exercício de suas funções. Neste sentido, visualizamos que a participação não é representativa, mas centra-se na figura do seu representante sem que haja uma discussão sobre os posicionamentos que se deve ter frente às políticas que estão sendo implantadas e implementadas no município. Estes espaços são importantes na medida em que influenciam na construção de uma sociedade mais democrática e ainda, dependendo da forma como estas relações dialógicas acontecem, acabam atrapalhando este processo.

Após acompanharmos, a partir dos objetivos do programa, as ações da UNIBLAM, procuramos assessorá-la em relação a este direcionamento político, enfatizando sempre o importante papel que esta possui como representante de todas as associações de moradores do município. No entanto, seus membros não aceitaram que nossa intervenção questionasse seus posicionamentos e acabaram engajando-se ainda mais ao partido político e distanciando-se da universidade. Procurou-se realizar mais uma reunião com os membros da UNIBLAM para pensar em novas estratégias de sensibilização, no entanto, novamente não se obteve sucesso. Estes são alguns limites encontrados junto aos movimentos sócio-comunitários, pois se sabe que estes são espaços de conflitos, plurais e muitas vezes divergentes. Assim, concorda-se com Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), quando estes apontam que na construção democrática, o debate sobre o papel da sociedade civil “deve ser visto como uma luta simbólica sobre o lugar, os atores e a agenda da disputa entre projetos políticos distintos”.(p. 22). E ainda “a tarefa central nessa questão é estabelecer claramente os tipos de atores civis que analisamos, os espaços públicos em que se movem e os projetos que defendem” (p. 23). Cabe ressaltar que os autores consideram que a sociedade civil é heterogênea, com atores civis, conservadores, com formatos diversos, tais como, redes, fóruns. Associações, e uma diver-

cidade de projetos políticos democratizantes ou não. (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 23 apud MOURA, 2007).

Os projetos políticos são “construções simbólicas que mantêm relações cruciais com o campo da cultura e com culturas políticas específicas” (DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, 2006, p. 28 apud MOURA, 2007), sendo assim, atores que estão a frente de projetos políticos expressam tanto o aprendizado de novos princípios culturais, como na prática refletem a tensão entre novos e velhos princípios culturais. Nesse sentido é que se torna necessária, de acordo com os autores, a verificação das diferentes culturas ou tradições políticas e as continuidades e rupturas que manifestam nos seus processos culturais na construção democrática.

### **Processo de trabalho do Serviço Social no espaço sócio-comunitário**

De acordo com Simionatto (1998, p.11) “o processo de trabalho é uma atividade de transformação de determinado objeto por meio de atividade humana, através de instrumentos determinados”. Para que este processo se concretize deve-se visualizar o objeto, instrumentos e produto final, elementos componentes de todo e qualquer processo de trabalho.

O objeto de intervenção do assistente social são as múltiplas faces da questão social que se expressam no cotidiano da comunidade: saúde, assistência, luta por moradia, direitos sociais, sendo que estas questões estão sempre em constante movimento e transformação e podem se revelar de diferentes formas e em diferentes contextos. Já os meios ou instrumentos de trabalho profissional compõem-se dos instrumentos técnico-operativos da profissão como reuniões, observação, encaminhamentos, visitas domiciliares, estudos sócio-econômicos, entre outros, como também os referenciais teóricos que dão suporte para realização do trabalho. Quanto aos resultados ou produto final, estes se apresentam de múltiplas formas, seja na busca de direitos dos membros da comunidade, seja nas questões culturais e políticas que as ações são capazes de alcançar. Torna-se imprescindível aprofundar a discussão sobre estes últimos, já que quando se desenvolve trabalho em comunidades os resultados ou produto final, muitas vezes, não são

visíveis de forma imediata, entretanto, isso não torna o trabalho em comunidade de menor importância. Na seqüência, enfatizam-se os resultados do trabalho do Serviço Social nas comunidades que vem sendo atendidas pelo programa e alguns desafios e possibilidades possíveis de serem visualizados até o momento.

Nas comunidades atendidas por este programa, torna-se flagrante a desmobilização, bem como, o caráter não reivindicatório da maioria das Associações de Moradores. Observando que estas questões refletem no cotidiano das comunidades o Serviço Social busca através destas ações instrumentalizar os moradores, bem como, as associações para que possam conduzir de forma mais democrática e participativa suas ações. Isso acontece principalmente a partir da assessoria. Busca-se também, sensibilizar a comunidade para que estes percebam a importância da mobilização social, através de intervenções nas próprias residências no momento em que são realizados os levantamentos sócio-econômicos. Os resultados e as potencialidades das ações estão sendo sentidos a partir da ampliação do número de participantes na capacitação, bem como, do retorno de atores sociais que estavam inertes e sem ânimo para retornar as ações que tratam da representatividade do coletivo.

Através da orientação de estágios supervisionados, pesquisas e agora extensão, pode-se acompanhar as relações que se estabeleceram e se estabelecem entre estas associações de moradores e o poder público, ficando evidente que nem sempre foi um processo fácil. Muitas vezes, foi e continua sendo necessário, um trabalho de reflexão e formação dos membros da comunidade, no que diz respeito à diferença entre cidadania, esclarecendo sempre que somos portadores de direitos e não recebemos favor do poder público. Da mesma forma, é imprescindível os trabalhos com a população nos quais se faz necessário discutir a importância da organização comunitária, a importância da participação na vida pública.

Atualmente, enquanto acompanham-se os processos eleitorais e as novas diretorias das associações de moradores, percebe-se que está se avançando no que diz respeito à reconfiguração de papéis, buscando por parte dos líderes comunitários, uma ação mais propositiva, crítica e reflexiva, e principalmente, combativa no que se refere às exigências na melhoria da qualidade de vida da população, na infra-estrutura e na discussão das questões urbanas. O poder público municipal tem sido freqüentemente chamado para dar respostas a estas comunida-

des. Um exemplo disto foi a realização da Primeira assembléia geral da UNIBLAM realizada no ano de 2005, que assessorada pelos professores de Serviço Social da FURB, chamaram as associações de moradores cadastradas atualmente no município, com o intuito de debater as principais demandas de suas comunidades, conforme citado anteriormente. A partir da primeira assembléia e a interlocução com o poder público municipal através da carta de reivindicações, a UNIBLAM sem resposta por mais de um ano, promoveu no ano de 2006 uma nova mobilização, desta vez, articulada ao Ministério das Cidades. No evento os representantes das Associações de Moradores, bem como, as lideranças tiveram a oportunidade de conhecer as propostas do Governo Federal, o montante de recursos destinados ao município e ainda, puderam fazer perguntas, questionamentos, reclamações diretamente ao representante do governo Federal. O mais importante é que este processo se deu sem parceira com poder público local, haja vista o desca-so com que vem tratando esta questão no município. A repercussão do evento foi imediata chamando a atenção dos representantes da secretaria de regularização fundiária que se fizeram presentes no evento e perceberam que o associativismo civil em Blumenau vem se qualificando para lutar por seus direitos de forma eqüitativa.

Neste sentido, evidencia-se que estas ações estão fortalecendo e, contribuindo para o processo de construção de um projeto societário pautado na democracia, justiça social, cidadania e eqüidade, que pode ser possibilitadora da construção de nova cultura política. Para tanto, a equipe do curso de serviço social do programa têm sido incansável na luta pelo empoderamento desta categoria, através da assessoria e capacitação técnica.

Assim, considera-se imprescindível a atuação do assistente social em comunidade, pois, a exemplo do que foi relatado, este profissional contribui no processo de empoderamento mediante realização de atividades que buscam resgatar nos atores envolvidos concepções de autonomia, emancipação, direitos, respeito às diferenças, ética e valores, trabalho coletivo, mobilização, participação entre outros. Estas categorias, além de estarem presentes no código de ética profissional, estão em constante evidência na formação do Assistente Social.

Simionatto (1998, p. 41) ressalta que em relação às ações profissionais nos espaços de atuação do assistente social como são os bairros, a preocupação deve ser “com a qualidade dos serviços prestados, com o respeito aos usuários, investindo na melhoria dos progra-

mas institucionais, na rede de abrangência dos serviços públicos, reagindo contra a imposição de crivos de seletividade no acesso aos atendimentos” (IAMAMOTO 1997, p. 57, apud SIMIONATTO 1998). A autora enfatiza ainda que é necessário “a formação de propostas (ou contra-propostas) de políticas institucionais criativas e viáveis, que alarguem os horizontes indicados, zelando pela eficácia dos serviços prestados” (IAMAMOTO, 1997, p. 57, apud SIMIONATTO, 1998). Inúmeras vezes durante as reuniões de capacitação ou assessoria, foi necessário rever, buscar respostas e propor alternativas de enfrentamento com relação a rede de serviços públicos oferecidos para as comunidades, os PSFs e a questão da abrangência é pauta constante de reivindicação dos moradores.

O resultado das ações tem sido potencialmente positivo demonstrando que o campo de atuação do Serviço Social no espaço comunitário é demasiadamente amplo e vasto. Concorda-se ainda com Simionatto (1998, p. 41) quando esta ressalta que a prática profissional, “não se esgota no plano imediato, mas tem em vista a transformação da realidade social”. Cabe salientar a importância da qualificação para os profissionais envolvidos na área, pois conforme a experiência do projeto piloto pode-se constatar que nem todos os profissionais estão aptos a lidar com as questões que envolvem a construção de consciência crítica dos cidadãos envolvidos.

Acredita-se na idéia de que uma sociedade civil forte e organizada torna-se um instrumento poderoso na viabilização de direitos, não desconsiderando os diferentes projetos políticos inerentes nesta sociedade civil. Contudo, mesmo com uma sociedade civil que não é homogênea e nem virtuosa, ela é importante para dar visibilidade às demandas sociais e tem papel fundamental na busca por um projeto societário pautado na justiça social, onde se possa exercer efetivamente a cidadania e a democracia. Ressalta-se ainda que o Serviço Social vem contribuindo no programa de extensão referenciado, por desenvolver uma reflexão teórico, política e crítica do cotidiano, bem como, uma perspectiva de atuação tendo o projeto ético político profissional, como princípio balizador destas ações.

A partir do que foi explanado aqui, mais uma vez referencia-se Gohn (2005a) quando esta afirma que no Brasil, mesmo que muito lentamente, tem se construído “um novo tecido social onde desponta uma nova cultura política, ao lado das antigas formas de representação política integradoras, assistencialistas e/ou clientelistas, que infelizmente,



ainda são hegemônicas” (p. 90). É nesse sentido e buscando balizar o projeto ético político e a construção de uma cultura política mais democrática e participativa, que o Serviço Social deve sim, ser visto como um profissional competente e capaz de atuar junto ao associativismo comunitário e deve acima de tudo, ter como base uma teoria que lhe dê sustentação na sua prática, para pensar criativamente e de forma inovadora em formas propositivas de enfrentamento das questões que são colocadas neste espaço de trabalho tão enriquecedor: organizações sócio-comunitárias.

**THE SOCIAL SERVICE INTERVENTION WITH THE SOCIO-COMMUNITIES  
ACTIVITIES: THE SEARCH FOR THE EMPOWERMENT AND CONSTRUCTION  
OF A NEW POLITICAL CULTURE**

**ABSTRACT:** The present study makes a cocering discusion about the experience of the FURB Social Service, in the extension program: Advicer and Capacitation to the Communities Organizations, contributing to the reflexion of importance of the Social Assistant together with communities activities, giving subsidies to the search of the empowerment and construction of a new politic culture on this spaces.

**KEYWORDS:** Social Service, Empowerment, Politic Culture.

### Referências

- ANDRAUSS, Rosa Cecília. e outros. A Experiência de um grupo de profissionais discutindo e refletindo sobre supervisão em serviço social. **Cadernos de Serviço Social – Faculdade de Serviço Social**. Campinas, V 1, nº 9, 1996.
- BAQUERO, M. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTO, R. E FUKS, M. (Orgs.) **Democracia: teoria e prática**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
- BOSCHI, Renato Raul (Org.). **Movimentos Coletivos no Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CARVALHO, Maria Lúcia, et al. **Fóruns e Movimentos Sociais na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Instituto Pólis/PUC-SP, 2006.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, espaços públicos e construção democrática no Brasil: limites e possibilidades**. São Paulo: Paz e terra, 2002.
- DAGNINO, E; OLVERA, A. J. e PANFICHI, A. (orgs). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BLUMENAU. **Estatuto da União Blumenauense de Associações de Moradores e entidades afins – UNIBLAM**, 2004.

Moura, Reidy M. de; Santos, Rubia dos. *A intervenção do Serviço Social junto aos movimentos...*

FRIEDMANN, John. **Empowerment – uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Edições Celta, 1996.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais urbanos no Brasil: produção teórica e projetos políticos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 25, 1987.

\_\_\_\_\_. **Conselho Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

LISBOA, Tereza Kleba. **Gênero, Classe e Etnia: Trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Identidades e Diferenças no Movimento Comunitário de Florianópolis**. In: II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003. Florianópolis. Anais do II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, 2003.

MOURA, Reidy R. de. **Cultura Democrática, Sociedade Civil e Orçamento Participativo: Desdobramentos no Município de Blumenau**. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais e Democracia no Brasil, 2007, Florianópolis. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais e Democracia no Brasil, 2007.

NÚCLEO de Estudos sobre os Movimentos Sociais - NEPEMOS. **Mudanças e Tendências do Associativismo civil de Blumenau: estudo qualitativo das décadas de 1920 a 1950**. Departamento de Serviço Social, Blumenau, 2003. Relatório. Mimeografado.

RENNÓ, L. **Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes**. BIB, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1º, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Sherer-Warren, Ilse & Krischke, Paulo. **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SHERER-WARREN, Ilse, CHAVES, Iara Maria. **Associativismo Civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências**. Florianópolis: Insular, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. Serviço Social e processo de trabalho. **Curso formação profissional: um projeto de atualização**. Módulo I, CRESS-SC 12ª Região, 1998.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e democratização das políticas públicas no Brasil. In: Dagnino, Evelina (Org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.